



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2008
PROCESSO N.º : 19863.000051/2009-56
UNIDADE AUDITADA : SERPRO
CÓDIGO UG : 806001
CIDADE : BRASÍLIA
RELATÓRIO N.º : 222250
UCI EXECUTORA : 170961

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 222250, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo foram realizados no período de 03 de março de 2009 a 03 de abril de 2009, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos
- Qualidade/Confiabilidade dos Indicadores
- Transferências Voluntárias
- Regularidade das Licitações e Contratos
- Regularidade na Gestão de Recursos Humanos
- Entidades de Previdência Privada
- Cumprimento das Recomendações do TCU
- Recursos Externos / Organismos Internacionais
- Atuação da Auditoria Interna
- Suprimento de Fundos - Uso de Cartões

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes neste Relatório de Auditoria.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pelas IN-TCU-57/2008 e 54/2007, e pelas DN-TCU-94/2008 e 97/2009, Anexo XI.

5. Em acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-94/2008, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

No exercício de 2008, assim como vem ocorrendo nos últimos anos, o Serpro teve seus investimentos restritos à execução de ações padronizadas do programa de caráter geral 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, classificado como Programa de Apoio às Políticas Públicas. O objetivo do Programa é dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.

O referido Programa desdobra-se em três ações executadas pelo Serpro, quais sejam: Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis; Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos; e Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Em relação à execução orçamentária do Serpro em 2008, apresentamos a tabela abaixo com as ações do Orçamento de Investimento executadas pela unidade, com os respectivos valores de previsão e realização.

Ações do Orçamento de Investimento executadas pelo Serpro em 2008

Em R\$			
PLANO PLURIANUAL			
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2008			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$ 1,00)	REALIZAÇÃO (R\$ 1,00)	%
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	10.225.792	6.044.831	59,11%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	12.176.683	8.070.856	66,28%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	177.597.525	84.544.338	47,60%
Total	200.000.000	98.660.024	49,33%

Fonte: Relatório de Gestão do Serpro - 2008

A unidade apresentou, em seu Relatório de Gestão, diversas justificativas para o baixo percentual de realização dos investimentos previstos, entre elas o fato de a LOA ter sido publicada somente em 24/03/2008. Através de consulta à legislação pertinente, chegamos à conclusão de que o atraso na publicação do orçamento realmente pode ter impactado a realização dos investimentos do Serpro, e, assim, acatamos as justificativas apresentadas. No entanto, no caso da gestão de 2009, considerando que a LOA 2009 foi publicada em 30/12/2008, orientamos que a entidade antecipe o planejamento de seus investimentos.

Relativamente aos resultados financeiros da unidade, podemos destacar a queda acentuada no lucro líquido do exercício, que em 2007 foi de R\$ 96.054.268,20 e no ano seguinte foi de apenas R\$ 722.921,85. Em seu Relatório de Gestão, a entidade justifica que a forte queda no lucro ocorreu devido à redução no faturamento, que, por sua vez, foi causada pela repactuação nos preços praticados em 2008, devido à necessidade de compatibilizar os volumes de produção aos orçamentos aprovados para os diversos clientes.

Para 2009, o Serpro informou que será implementada nova política de preços, baseada em nova sistemática de precificação, que deverá, além de buscar o equilíbrio econômico da empresa, garantir os investimentos necessários, com preços compatíveis com o mercado e a capacidade de pagamento dos clientes.

5.2 - QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

Em sua Prestação de Contas, o Serpro encaminhou lista contendo os indicadores para acompanhamento de suas atividades em 2008, sendo estes:

Para atender ao Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - PPLR:

- Margem EBTIDA;
- ROE;
- Migração do atual volume do backbone da Rede Serpro para o backbone MPLS - Serpro;
- Resolução dos acionamentos atendidos pela Central de Serviços do Serpro - CSS;
- Número de horas de treinamento por empregado.

Para medir a eficácia e a eficiência dos Projetos Prioritários:

- Taxa de Replanejamento dos Projetos;
- Percentual de Cumprimento de Prazo dos Projetos.

Para atender ao Projeto de Reestruturação e Implementação das Novas Funcionalidades do Correio Expresso:

- Número de caixas postais no ambiente Expresso;
- Número de funcionalidades agregadas ao Expresso.

Para medir a implementação de estratégias empresariais e aquilo que é importante para o cliente, assim como para atender à recomendação da CGU, constante no Relatório de Auditoria referente ao exercício de 2007:

- Saldo de Caixa;
- % de ANS monitorados;
- % de ANS adequados aos AOS;
- % de cumprimento de níveis de serviço;

- Índice de desenvolvimento de soluções com software livre e padrões abertos.

Em relação à gestão anterior, a unidade manteve para acompanhamento do desempenho de 2008 somente seis, o equivalente a 42,86% dos 14 indicadores utilizados, sendo esses: "Margem EBTIDA", "Saldo de Caixa", "Índice de desenvolvimento com soluções com software livre e padrões abertos", "Percentual de ANS monitorados", "% de ANS adequados aos AOS" e "Número de horas de treinamento por empregado".

Conforme o Relatório de Auditoria de Gestão - 2007, n.º 208885, devido às mudanças estratégicas após a troca da Diretoria da empresa, especialmente a substituição da metodologia do Balanced Scorecard (BSC) pelo modelo Planejamento Estratégico Situacional (PES), a alteração dos indicadores de acompanhamento da empresa para o exercício de 2008 já havia sido prevista. Diante disso, acatamos essa nova alteração, e orientamos, mais uma vez, que a entidade, mesmo em face de uma nova reestruturação, mantenha um núcleo de indicadores mais rígido, englobando todas as perspectivas seguidas pela entidade, para um melhor acompanhamento da evolução da unidade.

Quanto à qualidade dos indicadores, pode-se dizer que são representativos, pois expressam produtos/atividades essenciais da empresa; possuem variáveis homogêneas; são simples, pois são de fácil compreensão e não há dificuldades para seu cálculo; além de serem seletivos, por captarem os aspectos e etapas essenciais dos serviços do Serpro. No entanto, não são estáveis devido ao já mencionado problema da mudança de indicadores em cada exercício.

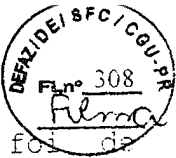
Na avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, dos 14 indicadores, 6 atingiram a meta estabelecida, 6 não atingiram, 1 atingiu parcialmente e 1 não foi medido. Assim, reiteramos a recomendação da Auditoria Interna do Serpro (Audig) no sentido de que "os responsáveis pelas metas, cujos resultados ficaram abaixo do esperado, deverão rever as ações tomadas para o desempenho desses indicadores e, se for o caso, rever, também, os índices de desempenho previstos, de forma a torná-los mais realistas e possíveis de serem alcançados".

Em relação aos controles internos administrativos da unidade, não realizamos exames adicionais àqueles realizados pela Audig, que, conforme o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), referente ao exercício de 2008, chegou à seguinte conclusão sobre o assunto:

"...consideramos que os controles internos do Serpro permitem assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos. As impropriedades e irregularidades verificadas e oportunidades de melhorias apontadas, foram, em sua maioria, tratadas tempestivamente pelos gestores, conforme registradas nos relatórios encaminhados à CGU neste exercício."

5.3 - TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

No exercício de 2008, o Serpro recebeu 01 (uma) transferência voluntária, referente a convênio firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização do Congresso Internacional Sociedade de Governo Eletrônico (CONSEGI), ocorrido em Brasília-DF entre os dias 27 e 29 de agosto de 2008. O valor pactuado foi



de R\$ 199.946,80, enquanto o valor efetivamente transferido foi de R\$ 193.846,80.

Em relação à regularidade na aplicação dos recursos repassados e ao cumprimento da legislação pertinente, vale mencionar a opinião da unidade de Auditoria Interna, a qual, no parecer contido no Processo de Prestação de Contas encaminhado a esta CGU, asseverou ter acompanhado a realização do convênio entre o Serpro e o BNDES, por meio de verificação e análise do processo n.º 19863.000033/2008-93, não identificando qualquer irregularidade.

Diante disso, e visto que a Prestação de Contas e o Relatório Técnico apresentados pelo Serpro foram aprovados pela entidade concedente, esta equipe de auditoria entendeu desnecessária a realização de testes específicos sobre o objeto do convênio em análise.

5.4 - REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

No item 17 do Relatório de Gestão do Serpro foram informados os valores totais referentes a despesas contratuais executadas pela unidade no exercício de 2008, conforme tabela a seguir.

Consolidado das despesas contratuais realizadas no exercício de 2008

Modalidade	Despesa Realizada (R\$)	% Valor total
Convite	329.559,77	0,1%
Tomada de Preço	3.603.156,49	0,7%
Concorrência	38.000.326,82	7,2%
Dispensa de Licitação	17.359.300,44	3,3%
Inexigibilidade	162.314.562,89	30,5%
Pregão	309.809.875,60	58,3%
Total	531.416.782,01	100,0%

Fonte: Processo de Prestação de Contas (adaptado)

Cabe ressaltar que o problema de inconsistência de dados entre os sistemas internos do Serpro e os sistemas governamentais, já identificado por ocasião da Auditoria Anual de Contas de 2007 (Relatório n.º 208885), persistiu no exercício de 2008. Para minimizar essas inconsistências, está sendo implementado no Serpro um novo sistema de gestão de contratos, cujo prazo para conclusão é 31/12/2009.

Em relação à avaliação sobre a regularidade dos procedimentos licitatórios, esta equipe de auditoria baseou-se nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. No entendimento da Audig, a Administração cumpriu os preceitos legais e normativos estabelecidos para consecução dos processos licitatórios e contratações.

Conforme consta no RAINTE, a Audig realizou, ao longo do exercício de 2008, 4 auditorias na área de gestão logística da empresa, analisando um total de 332 processos de compras e contratações de bens, obras e serviços, conforme distribuição evidenciada no item 5.2.1.1 do Anexo I - "Demonstrativo das Constatações".

Dentre os processos analisados, 177 referiam-se a contratos assinados em 2008, dos quais 166 foram considerados regulares e 11 tiveram alguma ocorrência, relacionada, basicamente, a aspectos formais.

Ante o exposto, consideramos que a amostra de processos analisada pela Auditoria Interna foi suficientemente abrangente e representativa, não havendo necessidade de complementação de seus trabalhos.

5.5 - REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Conforme o Processo de Prestação de Contas de 2008, o Serpro possuía em 31/12/2008, em seu quadro próprio, 10.492 empregados, acréscimo de 1,87% em relação à força de trabalho existente na mesma data de 2007 (10.299 empregados). Desse aumento no quadro, verifica-se que ocorreram 474 admissões e 281 desligamentos, resultando no acréscimo líquido de 234 empregados.

Verifica-se que o número total de funcionários próprios no quadro da entidade está adequado ao limite estabelecido pela Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG n.º 1.139, de 30/10/2001, a qual fixou um limite para esse total em 11.000 empregados.

O quadro de pessoal se divide em 7.156 trabalhadores internos e 3.336 trabalhadores externos, profissionais cedidos a órgãos da Administração Pública conforme legislação vigente. Além desses, o Serpro conta com a força de trabalho de 4 Diretores, 1 Diretor-Superintendente e 1 Diretor-Presidente, classificados como empregados com mandato e que compõem a Diretoria, conforme regulado no art. 9º do Estatuto Social da empresa.

Ainda fazem parte da força de trabalho do Serpro 4 empregados requisitados com ônus, 71 estagiários, 113 terceirizados, 6 ocupantes de funções de confiança sem vínculo, além dos conselheiros que compõem o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal.

Após a verificação sobre a atualização do Sistema de Registro e Apreciação dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac), pela administração do Serpro, constatamos, com base nos testes de observância e aderência efetuados nos controles existentes na Diretoria de Auditoria de Pessoal (DPPES) desta Secretaria Federal de Controle Interno, que o sistema foi adequadamente atualizado e que os processos de provimento de pessoal da empresa, em 2008, estão aderentes aos dispositivos legais.

No que diz respeito à remuneração dos servidores, analisamos os aspectos concernentes à Resolução GP - 001/2008, de 18 de fevereiro de 2008, a qual definiu a sistemática de Gratificação de Função de Confiança Gerencial, de Assessoramento Especial e Especial de Supervisão, ampliando a quantidade de níveis e alterando os valores dessas gratificações.

Nesse caso, verificou-se que o Serpro não seguiu os trâmites preconizados no "Anexo I", art. 6º, inciso IV, alínea "e", do Decreto n.º 6.081, de 12 de abril de 2007, que dispõe que o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST tem a competência de manifestar-se sobre propostas de empresas estatais referentes a tabelas de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento.

No intuito de resolver a situação, o SERPRO, por meio do Ofício DP - 015188/2009, em 04 de junho de 2009, solicitou ao Ministério da Fazenda a convalidação da Resolução GP - 001/2008. Aquele Ministério encaminhou o pleito ao DEST, ressaltando, na forma da Nota Técnica n.º 46/SE, de 05 de junho de 2009, não haver óbice ao prosseguimento do trâmite de aprovação da proposta.

O DEST, por meio do Ofício n.º 444/2009/MP/SE/DEST, de 09 de junho de 2009, se posicionou no sentido de que não tem nada a opor à convalidação da Resolução GP - 001/2008.

Assim, foi recomendado ao SERPRO que:

- Seja implementada uma rotina de aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração que contemple os dispositivos legais envolvidos, garantindo o devido trâmite pelo ministério supervisor e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento.
- O dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP - 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.

5.6 - ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Para avaliar a situação do Serpros, entidade de previdência complementar patrocinada pelo Serpro, nos baseamos na conclusão da Audig e da Auditoria Independente, nesse caso representada pela empresa "PS Contax & Associados", as quais concluíram que o fundo, em todos os aspectos relevantes, encontra-se em situação regular. Dessa forma, esta equipe de auditoria julgou desnecessário um maior aprofundamento quanto a este item.

5.7 - CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Foram identificadas 11 determinações exaradas pelo Tribunal de Contas da União para a entidade no exercício de 2007, das quais todas foram consideradas por esta CGU como plenamente atendidas.

5.8 - RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Conforme consignado à folha 79 do Processo de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008, não houve financiamento externo e/ou cooperação técnica internacional na entidade.

5.9 - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Inicialmente, cumpre registrar que tanto o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) quanto o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, referentes ao exercício de 2008, estão aderentes às normas pertinentes, em todos os aspectos.

No que diz respeito à atuação da Auditoria Interna em 2008, foi prevista a realização de 28 designações de auditoria, conforme consta no RAINI, sendo efetivamente realizados 27 trabalhos.

A tabela a seguir discrimina, por forma de auditoria, os trabalhos planejados e executados.

Percentual de realização das auditorias, discriminado por formas de auditoria

Formas de Auditoria	Planejadas	Executadas	% de Realização
Acompanhamento	10	11	110%
Especiais	17	15	88%
Contas Gerais	01	01	100%
Total	28	27	96%

Fonte: RAINI 2008



Durante os trabalhos, a Audig emitiu um total de 354 ocorrências e recomendações, das quais 242 (68%) tiveram suas justificativas aceitas. Somando-se a esse número as 92 justificativas que foram aceitas com restrição, tendo em vista que grande parte das restrições foi apenas para acompanhamento e apresentação de documentação e dados solicitados, obtém-se um percentual de aceitação de 94%, o que demonstra um alto grau de efetividade dos trabalhos.

Vale ressaltar que a atuação da Auditoria Interna não se restringe a uma abordagem repressiva, ou seja, *a posteriori*. Nesse sentido, a Audig também atua preventivamente, na análise de processos licitatórios para aquisição de bens, obras e serviços com valores acima de R\$ 80.000,00, antes da assinatura do contrato, em cumprimento à Decisão Setorial AUDIG/GL - 005/2001.

Por fim, convém mencionar que, além dos trabalhos de auditoria propriamente ditos, a Audig realiza um acompanhamento sistemático no andamento/resultado dos relatórios conclusivos/julgados de todos os processos de sindicância e administrativo-disciplinares instaurados na entidade, bem como dos processos de tomada de contas especial, cujas informações são enviadas mensalmente para os Conselhos Diretor e Fiscal e para esta CGU, quando solicitadas.

Diante do exposto, concluímos que a Auditoria Interna do Serpro vem desempenhando de maneira efetiva seu papel, cumprindo a missão de assessorar a alta administração no desempenho de suas funções e zelar pelo desempenho empresarial.

5.10 - SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Conforme consignado à folha 79 do Processo de Prestação de Contas referente ao exercício de 2008, o Serpro não possui cartão de crédito corporativo.

5.11 - CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", não tendo sido estimada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Brasília, de junho de 2009.

NOME

CARGO

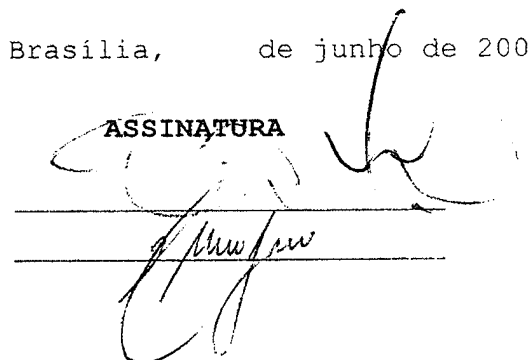
ASSINATURA

VITOR HUGO VIEIRA LOPES

AFC

TIMOTEO DA SILVA GOGGIN

AFC





ANEXO I AO RELATÓRIO n.º 222250 DEMONSTRATIVO DAS CONSTATAÇÕES

1 GESTÃO OPERACIONAL

1.1 PROGRAMAÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

1.1.1 ASSUNTO - ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO

1.1.1.1 INFORMAÇÃO:

O Serviço Federal de Processamento de Dados, doravante identificado como Serpro, é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada com o fim de prestar serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) ao setor público. Como empresa estatal independente, o Serpro não gere recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Tem seus gastos definidos pelo Plano de Dispêndios Gerais das Empresas Estatais (PDG), do qual faz parte, na rubrica Investimentos, o Orçamento de Investimento constante da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Nesse contexto, o Serpro executa ações padronizadas do programa de caráter geral 0807 - Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio, classificado como Programa de Apoio às Políticas Públicas. O objetivo do Programa é dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional. O referido Programa desdobra-se em três ações executadas pelo Serpro em 2008, cujas finalidades são transcritas a seguir.

Ação 4101 - Manutenção e Adequação de Bens Imóveis: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários;

Ação 4102 - Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários; e

Ação 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento: realizar despesas com manutenção, adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Da mesma forma como vem ocorrendo nos últimos exercícios, para o ano de 2008 não foram estabelecidas metas físicas para essas ações, em razão de sua natureza e pluralidade de elementos, mas tão-somente dotações orçamentárias em caráter balizador.

Vale ressaltar que os valores aprovados inicialmente na LOA (Lei n.º 11.647) foram alterados pela Lei n.º 11.872, de 19 de dezembro de 2008, a qual modificou o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, abrindo crédito suplementar para algumas empresas e reduzindo as dotações para outras. No caso do Serpro, a dotação inicial, de



R\$ 263.872.527,00, foi reduzida em aproximadamente 24%, como pode ser observado na tabela a seguir.

Em R\$

Dotações Inicial e Atualizada para os investimentos do Serpro em 2008			
PLANO PLURIANUAL			
DOTAÇÕES INICIAL E ATUALIZADA - EXERCÍCIO 2008			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (LOA)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (Lei 11.872)	DIFERENÇA %
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	6.781.900	10.225.792	+50,8%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	16.984.700	12.176.683	-28,3%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	240.105.927	177.597.525	-26,0%
Total	263.872.527	200.000.000	-24,2%

Fonte: Leis 11.647 e 11.872 e anexos

Conforme assevera o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST), através da Portaria n.º 05, de 30 de janeiro de 2009, essas alterações durante o exercício financeiro são necessárias porque a execução do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais não segue um ritmo linear de crescimento. No item 7 do relatório anexo à referida Portaria, o DEST explica que as estatais possuem uma dinâmica própria que sofre a influência decorrente da política estratégica de gestão da empresa, da data de aprovação do orçamento anual, dos procedimentos administrativos e legais aplicáveis na implementação de cada ação, bem como de outras variáveis econômicas, climáticas e ambientais.

Por fim, cabe destacar que este item do relatório possui caráter informativo, de maneira que não foram realizados testes específicos sobre os dados apresentados pelo Serpro em seu Relatório de Gestão.

1.2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.2.1 ASSUNTO - EFETIVIDADE DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

1.2.1.1 INFORMAÇÃO:

Conforme mencionado no tópico 1.1.1.1 deste anexo, o Serpro teve seus investimentos em 2008 norteados pelas dotações estabelecidas na Lei n.º 11.647, posteriormente alterada pela Lei n.º 11.872. Com vistas a avaliar a execução orçamentária do Serpro, apresentamos a seguir tabela, retirada do Relatório de Gestão da entidade, com os valores de previsão e realização das ações do Orçamento de Investimento executadas pela empresa em 2008, ressaltando que os valores de previsão referem-se às dotações atualizadas no final do exercício.

Ações do Orçamento de Investimento executadas pelo Serpro em 2008

Em R\$

PLANO PLURIANUAL			
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2008			
PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO			
AÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$ 1,00)	REALIZAÇÃO (R\$ 1,00)	%
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	10.225.792	6.044.831	59,11%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	12.176.683	8.070.856	66,28%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	177.597.525	84.544.338	47,60%
Total	200.000.000	98.660.024	49,33%

Fonte: Relatório de Gestão do Serpro - 2008

Podemos observar na tabela que o percentual de execução dos investimentos do Serpro em relação aos valores previstos foi consideravelmente baixo, especialmente para a ação 4103, a qual, em virtude de sua materialidade, comprometeu o nível de execução total. No Relatório de Gestão, a unidade apresentou justificativas, comentadas em seguida, para o baixo nível de execução dos investimentos.

Em relação à ação 4101, a empresa informou que a realização de despesas com obras ficou abaixo do previsto por atraso nos trâmites e dificuldades de mercado em atender a algumas das demandas. Como exemplo, citou a modernização/substituição de elevadores, fatos ocorridos nas regionais de Belo Horizonte e Curitiba, que não conseguiram concluir suas contratações, tendo em vista que o mercado nesta área solicita em média 240 dias para fornecimento e instalação de um elevador, somando-se a este, o tempo de elaboração/aprovação/publicação da licitação. Outro fato que impactou a realização de investimentos nessa área, segundo a entidade, foi o remanejamento entre ações solicitado em 30/09/2008, cuja aprovação somente ocorreu em 22/12/2008, atrasando o andamento das contratações.

Para a ação 4102, o Serpro relatou que a realização das despesas com bens ficou abaixo do previsto devido ao atraso na publicação da LOA, ocorrida somente no final de março de 2008. Além disso, informou que houve dificuldades na concretização de licitações, bem como algumas postergações de compras motivadas por questões de caixa, situação esta, de caixa, normalizada no mês de setembro com a entrada do aporte de capital no dia 31 de agosto.

Finalmente, quanto à ação 4103, a entidade informou que a realização ficou abaixo do previsto devido ao atraso no cronograma de alguns processos de aquisição de recursos para a estruturação das regionais (servidores, armazenamento, dispositivos de backup/restore), por questões no detalhamento das definições das necessidades e tecnologias disponíveis. Ainda de acordo com o Serpro, as consultas públicas também contribuíram com a baixa realização, pois geraram atrasos nas aquisições relacionadas ao site backup, principalmente em relação aos sub-sistemas de discos, para mainframe, plataforma baixa e a separação dos serviços de replicação de dados. Ademais, destacou que alguns processos foram objeto de recursos por parte de fornecedores e determinados objetos entregues não estavam de acordo com o contratado, o que também gerou atrasos nas contratações.

Para complementar a justificativa em relação à ação 4103, visto que foi a que mais contribuiu para o baixo nível de execução total, o Serpro

detalhou os problemas encontrados em contratos de itens específicos, os quais, por sua materialidade, impactaram de forma significativa o percentual de realização da ação. A seguir transcrevemos esse detalhamento.

" - Alguns itens previstos não foram adquiridos face às necessidades de análise e readequação de alguns projetos às diretrizes e orientações governamentais e empresariais em relação ao software livre. Esse fato causou atrasos em alguns dos processos de aquisição previstos, como, por exemplo, as aquisições de produtos Microsoft (R\$ 18.000.000,00), Red Hat (R\$1.000.000,00) e virtualizadores (R\$ 7.000.000,00). O montante para essas aquisições girou em torno de R\$ 26.000.000,00.

- A necessidade de efetuarmos estudos complexos e consulta pública para algumas das aquisições de alto investimento relacionadas ao "site backup", a fim de aprimorar as especificações técnicas. Esse processo se deu basicamente em relação aos sub-sistemas de discos, soluções de replicação de dados e alguns insumos de rede. - R\$ 15.000.000,00.

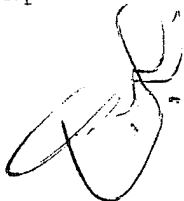
- As aquisições de recursos para a estruturação das regionais (armazenamento e dispositivos de backup/restore), processo importante e estratégico para o Serpro que teve seu cronograma atrasado por questões de detalhamento das necessidades e análise das tecnologias disponíveis. - R\$ 1.300.000,00.

- O atraso nas negociações com alguns fornecedores e no dimensionamento de alguns ambientes como o ORACLE, visando a melhor relação custo-benefício para a empresa. - R\$ 14.000.000,00.

- E, finalmente, alguns processos foram objeto de recursos por parte dos fornecedores, outros foram entregues fora das especificações e outros ainda sofreram com a alta do dólar que fez com que tivéssemos que entrar em processos de negociação com os fornecedores, o que gerou atrasos nas contratações. Isso se aplicou basicamente à aquisição de servidores (R\$ 14.000.000,00) e às soluções de KVM Digital (R\$ 2.000.000,00)."

Em relação às justificativas apresentadas pela unidade, cabem algumas observações. Inicialmente, vale ressaltar que realmente houve um atraso na publicação da LOA para o exercício de 2008, ocorrida somente em 24 de março. Antevendo esse atraso, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008 (Lei n.º 11.514), como vem fazendo nos últimos exercícios, permitiu, em seu art. 72, que o Projeto da LOA fosse executado para o atendimento de determinadas despesas até a sua aprovação. As despesas de investimentos das estatais não estavam contempladas no referido dispositivo.

Regulamentando o disposto na LDO 2008, o Decreto n.º 6.394 estabeleceu, em seu art. 1º, que até a publicação da LOA, os órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo que integrassem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social poderiam empenhar as dotações orçamentárias destinadas ao atendimento de certas despesas. As empresas estatais também não foram contempladas por este Decreto.





Desta maneira, concluímos que o atraso na publicação da LOA de fato impactou a execução orçamentária do Serpro.

Em relação às demais justificativas, por tratarem-se de questões eminentemente técnicas e de especificações de processos internos da unidade, destacamos que não foram objeto de análise por parte desta equipe de auditoria. Apenas ressaltamos a importância de ser feito um planejamento mais efetivo para as contratações previstas em cada exercício, com vistas a minimizar e/ou compensar eventuais atrasos e dificuldades nos trâmites dos processos.

Diante do exposto, esta equipe acatou as justificativas apresentadas pela empresa para o baixo nível de realização dos investimentos em 2008.

Ainda no que diz respeito à execução orçamentária, apresentamos a seguir tabela contendo os percentuais de realização nos últimos três exercícios, com vistas a permitir uma avaliação histórica do desempenho do Serpro. Podemos observar na tabela que os percentuais de realização das três ações apresentaram queda em relação a 2007. Com relação ao nível de execução total, percebe-se que este vem caindo desde 2006.

Em R\$

Evolução do percentual de realização dos investimentos do Serpro

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DOS ÚLTIMOS 3 EXERCÍCIOS

PROGRAMA DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO

AÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO	REALIZAÇÃO
	EM 2006	EM 2007	EM 2008
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	31,32%	69,79%	59,11%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	96,19%	84,78%	66,28%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	75,82%	54,95%	47,60%
Total	75,25%	58,07%	49,33%

Fonte: Relatórios de Gestão do Serpro - 2006 a 2008

Relativamente aos resultados financeiros e econômicos da unidade, apresentamos a seguir os principais itens da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial.

Em R\$

Demonstração do Resultado do Exercício - 2007 e 2008

	Dezembro 2008	Dezembro 2007
Receita Operacional Bruta	1.387.190.965,59	1.800.566.291,42
Deduções da Receita	(180.744.065,95)	(488.852.085,65)
Receita Operacional Líquida	1.206.446.899,64	1.311.714.205,77
Despesas Operacionais	(1.170.078.635,36)	(1.207.173.074,84)
Lucro Operacional Bruto	36.368.264,28	104.541.130,93
Resultado Não Operacional	(427.879,41)	(253.592,21)
Lucro Operacional Líquido	35.940.384,87	104.287.538,72
Créditos Tributários Diferidos	(35.171.830,08)	(15.639.792,53)
Participação nos Lucros	(45.632,94)	(6.279.872,86)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	722.921,85	82.367.873,33
Provisão p/ IRPJ e CSLL	-	(11.313.605,13)
Lucro antes da Reversão de juros sobre o capital próprio	722.921,85	71.054.268,20
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	25.000.000,00
Lucro Líquido do Exercício	722.921,85	96.054.268,20

Fonte: Processo de Prestação de Contas - 2008

Balanço Patrimonial – 2007 e 2008

Em R\$

	Dezembro 2008	Dezembro 2007
Ativo	1.879.734.399,78	1.673.198.928,10
Circulante	828.968.198,53	620.765.373,72
Caixa e Equivalentes de Caixa	315.206.519,42	369.912.998,18
Ativos Financeiros	651.634,54	1.874.771,73
Créditos em Circulação	512.087.234,38	247.911.973,59
Créditos a Receber	511.898.349,14	247.635.538,38
Outros Créditos	55.565,44	143.067,11
Diversos Responsáveis	133.319,80	133.368,10
Bens e Valores em Circulação	1.022.810,19	1.065.630,22
Não Circulante	1.050.766.201,25	1.052.433.554,38
Realizável a Longo Prazo	557.476.652,40	576.781.680,95
Imobilizado	454.944.907,83	431.386.758,82
Intangível	38.344.641,02	44.265.114,61
Passivo	1.879.734.399,78	1.673.198.928,10
Circulante	356.938.342,48	316.456.835,18
Depósitos	81.485.581,92	66.373.964,00
Obrigações em Circulação	275.452.760,56	250.082.871,18
Obrigações a Pagar	275.420.258,88	250.065.851,07
Outras Obrigações	32.501,68	17.020,11
Não Circulante	523.616.551,79	608.639.493,33
Obrigações Tributárias	33.931.035,03	35.699.106,46
Contingências Trabalhistas e Cíveis	177.914.052,72	232.060.033,44
Plano de Previdência Complementar	185.703.983,32	214.805.887,58
Obrigações Judiciais	125.969.781,34	125.969.781,34
Outras Obrigações	97.699,38	104.684,51
Patrimônio Líquido	999.179.505,51	748.102.599,59
Capital	617.264.461,92	336.420.583,51
Reservas	381.915.043,59	411.682.016,08

Fonte: Processo de Prestação de Contas – 2008

Algumas observações podem ser feitas através da análise das tabelas anteriores. Primeiramente, em relação ao Balanço Patrimonial, podemos notar o aumento significativo do patrimônio líquido (PL) da entidade em comparação ao exercício de 2007, decorrente do aporte de capital, de R\$ 271.000.000,00, ocorrido em 31 de agosto de 2008. Esse aumento do PL teve um impacto negativo no resultado do indicador de desempenho ROE (*Return on Equity*), que representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa, sendo dimensionado pela relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido médio.

Outro aspecto relevante a ser observado, e que também afetou negativamente a rentabilidade da empresa, foi a queda acentuada no lucro líquido do exercício, que, em comparação com o auferido em 2007, foi irrisório. Em seu Relatório de Gestão, a entidade justifica que a forte queda no lucro ocorreu devido à redução no faturamento, que, por sua vez, foi causada pela repactuação nos preços praticados em 2008, devido à necessidade de compatibilizar os volumes de produção aos orçamentos aprovados para os diversos clientes.

Para 2009, o Serpro informou que será implementada nova política de preços, baseada em nova sistemática de precificação, que deverá, além de buscar o equilíbrio econômico da empresa, garantir os investimentos necessários, com preços compatíveis com o mercado e a capacidade de pagamento dos clientes.

Diante das justificativas apresentadas, recomendamos à unidade que dê a devida prioridade às medidas mencionadas, no sentido de manter a situação econômico-financeira do Serpro equilibrada e permitir que os investimentos aprovados no orçamento de 2009 sejam realizados.

1.2.2 ASSUNTO - RESULTADOS DA MISSÃO INSTITUCIONAL

1.2.2.1 INFORMAÇÃO:

Em sua Prestação de Contas, o Serpro encaminhou lista contendo os indicadores para acompanhamento de suas atividades em 2008, que estão demonstrados na tabela a seguir, na qual são comparados aos indicadores apresentados em 2006 e 2007:

Tabela Comparativa de Indicadores de Desempenho do Serpro

Perspectiva	2006	2007	2008
Resultado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Margem EBITDA¹ 2. Saldo de Caixa 3. Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE² 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Margem EBITDA¹ 2. Saldo de Caixa 3. % de aumento da receita proveniente dos serviços 4. % de recebimento do faturamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Margem EBITDA¹ 2. Saldo de Caixa 3. Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE²
Tecnologia	<ol style="list-style-type: none"> 4. Índice de Atualização Tecnológica 5. Eficácia da Infra-estrutura 6. Número de soluções estratégicas desenvolvidas 7. Tecnologias competitivas internalizadas já aplicadas 	<ol style="list-style-type: none"> 5. Índice de desenvolvimento com soluções com software livre e padrões abertos 	<ol style="list-style-type: none"> 4. Índice de desenvolvimento com soluções com software livre e padrões abertos 5. Migração do atual volume do backbone da Rede Serpro para o backbone MPLS-Serpro 6. Número de caixas postais no ambiente Expresso 7. Número de Funcionalidades agregadas ao Expresso
Processos	<ol style="list-style-type: none"> 8. % ANS³ monitorados 9. % de pólos e células de desenvolvimento qualificadas - CMMI⁴ 	<ol style="list-style-type: none"> 6. % ANS³ monitorados 7. % de ANS adequados aos AOS⁵ 8. Número de projetos gerenciados utilizando o processo de PGPS⁶ 9. % de SMC⁷ com plano de continuidade testados 10. % de pregões realizados em até 46 dias 	<ol style="list-style-type: none"> 8. % ANS³ monitorados 9. % de ANS adequados aos AOS⁵ 10. Taxa de Replanejamento dos Projetos (prioritários) 11. Percentual de Cumprimento de Prazo dos Projetos (prioritários) 12. % de cumprimento de níveis de serviço
Clientes e Sociedade	<ol style="list-style-type: none"> 10. % de participação no orçamento de TIC⁸ do Cliente 11. Imagem Corporativa 12. Índice de Satisfação de Clientes 	<ol style="list-style-type: none"> 11. % de aumento de beneficiados nas ações de RSC⁹ 	<ol style="list-style-type: none"> 13. Resolução dos acionamento atendidos pela Central de Serviços dos Serpro - CSS
Pessoas	<ol style="list-style-type: none"> 13. % de satisfação das pessoas 	<ol style="list-style-type: none"> 12. % de satisfação das pessoas 13. Número de horas de treinamento por empregado 14. Investimento em treinamento por empregado 	<ol style="list-style-type: none"> 14. Número de horas de treinamento por empregado

Fonte: Prestações de Contas do Serpro - 2006, 2007 e 2008

Legenda:

¹EBITDA: *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*, que traduzido literalmente para o português significa: lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida).

²ROE: *Return On Equity*, que traduzido literalmente para o português significa: Retorno sobre o Patrimônio.

³ANS: Acordo de Níveis de Serviços. É a tradução de *Service Level Agreement – SLA* e se refere aos ajustes realizados, em tempo de negociação e durante a gestão do contrato, entre contratante e contratado, sob a forma da realização do objeto do serviço.

⁴CMMI: *Capability Maturity Model Integration*, que traduzido para português significa "Modelo de Maturidade de Capacitação e Integração". Tem como proposta a obtenção de um processo mensurável e controlado para atividades, com ações de melhorias contínuas, permitindo que a empresa busque a maturidade gradativa e planejada do processo de desenvolvimento e manutenção de software.

⁵AOS: Acordo Operacional de Serviço. É o ANS praticado internamente, entre as unidades organizacionais da empresa.

⁶PGPS: Processo de Gerenciamento de Projetos do Serpro. Tem por objetivo estabelecer um conjunto de conhecimentos, orientações, conceitos, procedimentos, padrões e ferramentas aplicáveis a projetos de diferentes naturezas, porte e complexidade e promover visibilidade do desempenho dos projetos em andamento nas unidades organizacionais da empresa.

⁷SMC: Sistema de Missão Crítica. Tratam-se dos sistemas essenciais ao perfeito funcionamento e cumprimento da missão da organização em todos os níveis empresariais – estratégico, tático e operacional -, bem como para a consecução de metas estabelecidas.

⁸TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação.

⁹RSC: Responsabilidade Social e de Cidadania.

Como pode ser observado, a unidade manteve para acompanhamento do desempenho de 2008 somente seis, o equivalente a 42,86% dos 14 indicadores utilizados para o acompanhamento em 2007, sendo esses: "Margem EBTIDA", "Saldo de Caixa", "Índice de desenvolvimento com soluções com software livre e padrões abertos", "Percentual de ANS monitorados", "% de ANS adequados aos AOS" e "Número de horas de treinamento por empregado".

Tal aspecto já foi analisado tanto no Relatório de Auditoria de Gestão - 2006, n.º 190703, como no Relatório de Auditoria de Gestão - 2007, n.º 208885, onde se recomendou, em ambos, que a entidade adote uma listagem regular de indicadores a ser apresentada em seus Relatórios de Gestão nos próximos exercícios a fim de possibilitar que órgãos de controle acompanhem historicamente o desempenho da instituição. Na análise do relatório de 2007, acrescentou-se a necessidade de se manter um núcleo de indicadores, independentemente de mudanças na estratégia da empresa, que não se restrinja aos resultados financeiros obtidos pela empresa.

Conforme o já mencionado relatório de 2007, devido às mudanças estratégicas após a troca da Diretoria da empresa, especialmente a substituição da metodologia do Balanced Scorecard (BSC) pelo modelo Planejamento Estratégico Situacional (PES), a alteração dos indicadores de acompanhamento da empresa para o exercício de 2008 já havia sido prevista.

Diante disso, acatamos essa nova alteração, e orientamos, mais uma vez, que a entidade, mesmo em face de uma nova reestruturação, mantenha um núcleo de indicadores mais rígido, englobando todas as perspectivas seguidas pela entidade, para um melhor acompanhamento da evolução da unidade.

A seguir incluímos tabela contendo os indicadores de 2008 com seus respectivos detalhamentos.

Detalhamento dos Indicadores de Desempenho do Serpro - 2008

	1. Margem EBITDA - Total de Geração de caixa operacional	2. Saldo de caixa	3. ROE - Retorno sobre o Patrimônio Líquido	4. Índice de desenvolvimento de soluções com software livre e padrões abertos
a) Utilidade / Finalidade	Permite a avaliação da capacidade de geração de caixa produzida pelos ativos exclusivamente operacionais.	Possibilita a verificação do nível de disponibilidade financeira da empresa, conforme apurado no último dia útil de cada mês.	Representa a taxa de rentabilidade auferida pelo capital próprio da empresa	Apura o percentual das soluções desenvolvidas com software livre e com padrões abertos.
b) Tipo	Efetividade	Eficácia	Eficácia	Efetividade
c) Fórmula de cálculo	Margem EBITDA = EBITDA / ROL, onde: EBITDA = geração de caixa operacional e ROL = Receita Operacional Líquida.	Saldo do "disponível" constante do ativo circulante do balancete mensal.	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido Médio	N.º de sistemas desenvolvidos com componentes de software livre e padrões abertos/ N.º de sistemas desenvolvidos * 100
d) Método de aferição	Cálculo realizado a partir da análise da planilha DRE.	Coleta manual, efetuada no SIAFI.	Cálculo realizado a partir da análise da planilha DRE.	Coleta manual, com informações das unidades de desenvolvimento da empresa
e) Área responsável pelo cálculo e / ou medição	Superintendência de Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF.	Superintendência de Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF	Superintendência de Gestão Empresarial - Financeira - SUPGF	Coordenação Estratégica de Software Livre - CESOL
f) Meta / Resultado do indicador no exercício	8,08% / 11,66%. A meta para o exercício de 2008 foi superada em 3,31 %	Ver tabela detalhada abaixo	1,33% / 0,08%. A meta do exercício de 2008 não foi atingida.	40% / 10,52%.
g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.	O não alcance da meta se deu em função do atraso no pagamento dos principais clientes do Serpro, com um total de contas a receber vencido de R\$ 283 milhões.	A meta não foi alcançada em função do fraco resultado do exercício de 2008, que apurou um Lucro Líquido R\$ 722.921,85, bem como do acréscimo que o aporte de R\$ 271 milhões impactou no Patrimônio Líquido.	O índice por vezes não reflete o esforço de migração para software livre implementado em algumas unidades de desenvolvimento, já que a contagem é feita por projetos e um projeto em software livre é normalmente inteiramente novo, e por isto com grande alocação de pessoal e tempo, enquanto que um projeto de evolução de uma plataforma legada não demanda o mesmo esforço. Este desvio não foi considerado na realização da meta.
h) Principais medidas implementadas	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.	Para 2009, intensificaremos as ações de cobrança a fim de alterar o cenário apresentado em 2008, lembrando que a capacidade de pagamento dos clientes, está diretamente relacionada às políticas e metas governamentais de Resultado Primário.	Para 2009, será implementada nova política de preços, baseada em nova sistemática de precificação, desenvolvida pela Superintendência de Gestão Empresarial - Informações de Negócio - SUPGE, que deverá, além de buscar o equilíbrio econômico, garantir os investimentos necessários, com preços compatíveis com o mercado e a capacidade de pagamento dos clientes.	As unidades de negócio devem negociar de maneira mais propositiva o uso de software livre em novos sistemas. As unidades de desenvolvimento devem criar planos de implementação de software livre a fim de planejar adequadamente a adequação de equipes e sistemas. As unidades de desenvolvimento, negócios e CETEC devem estabelecer um plano de substituição de tecnologia para que haja uma melhor avaliação nas escolhas de tecnologias das manutenções evolutivas para viabilizar desenvolvimento nas novas plataformas. A CESOL se propõe a fazer, em conjunto com a CETEC, jornadas de formação direcionadas a analistas de negócios e líderes de projeto para aumentar o nível de informações sobre software livre e padrões abertos. Está sendo implementado um Plano de Capacitação no Serpro, sob responsabilidade da UniSerpro, que possui uma trilha de formação para desenvolvedores que contempla as principais tecnologias de software livre e padrões abertos.

	5. Migração do atual volume do backbone da Rede Serpro para o backbone MPLS-Serpro	6. Número de caixas postais no ambiente Expresso	7. Número de Funcionalidades agregadas ao Expresso	8. Percentual ANS monitorados
a) Utilidade / Finalidade	Medir o efetivo povoamento do backbone MPLS pela migração de vazão de tráfego para a nova infraestrutura.	Medir a capacidade de usuários máxima suportada pelo ambiente do Expresso	Verificar se as funcionalidades previstas para o Expresso estão sendo agregadas conforme o planejado.	Apura o índice relativo de Acordos de Níveis de Serviço monitorados de acordo com o Processo de Gestão de Acordos de Serviço.
b) Tipo	Eficiência	Eficácia	Eficiência	Eficácia
c) Fórmula de cálculo	$(Qtde \text{ Mbits migrado} / Qtde \text{ Mbits Total}) * 100$, Total = migrado + remanescente	Número de usuários suportado pelo ambiente do Expresso.	N.º de funcionalidade agregadas ao Expresso.	$(\text{Quantidade de ANS com AOS monitorados} / \text{Quantidade de ANS adequados aos AOS}) * 100$.
d) Método de aferição	A coleta do indicador é automática, obtida por intermédio das ferramentas de gerenciamento de tráfego da Rede.	Coleta efetuada como resultado de teste de stress.	Coleta manual.	Coleta automática no Sistema de Gestão de Serviços.
e) Área responsável pelo cálculo e / ou medição	Superintendência de Produtos e Serviços de Rede - SUPRE.	Superintendência de Produtos e Serviços Administração de Ambientes de TI - SUPTI.	Superintendência de Produtos e Serviços Administração de Ambientes de TI - SUPTI.	Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS
f) Meta / Resultado do indicador no exercício	50% / 74%. A meta do exercício de 2008 foi superada em 24 pontos percentuais.	50.000 caixas postais / 22.000 caixas postais.	4 funcionalidades em outubro, 3 funcionalidades em novembro e 9 funcionalidades em dezembro / 2 funcionalidades entregues em outubro e 3 em novembro.	90% / 90%. Meta atingida
g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.	O teste de stress ainda não se concluiu, passo necessário para validar o desempenho do ambiente. Além do fato que a ampliação da capacidade do ambiente envolve a aquisição de servidores, ao estudo de soluções de Cluster e a alocação de Storage pela SUPCD, projetos esses que não foram concluídos em 2008.	O projeto Expresso ao ser eleito prioritário para a Empresa, tomou rumos, antes, não previstos em seu novo escopo, tais como: priorização de algumas funcionalidades para atendimento à Presidência da República durante a realização do piloto do Expresso nesse cliente; e funcionalidades não previstas, que demandaram o envolvimento de outras áreas da empresa, com cronogramas diferenciados, como WorkFlow e VolP.	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.
h) Principais medidas implementadas	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.	1. Reuniões com as equipes envolvidas para viabilizar as aquisições necessárias. 2. Replanejamento do projeto objetivando um melhor controle e acompanhamento da alocação dos recursos, envolvendo outras áreas. 3. Negociação com os Coordenadores de Relacionamento com Clientes, para organizar as diversas demandas que venham a ter impacto nas atividades do projeto.	1. A criação de uma gestora exclusiva para o projeto. 2. Reuniões Técnicas com as equipes envolvidas. 3. Negociação com as áreas internas da SUPTI e outras superintendências para obtenção de recursos técnicos capacitados. 4. Criação do sub-prejo WorkFlow para englobar as atividades relacionadas à funcionalidade de fluxo de trabalho. 5. Replanejamento do projeto objetivando um melhor controle e acompanhamento de alocação dos recursos. 6. Consultoria do Escritório Estratégico de Projetos - COEEP na gestão do projeto com alocação de recurso para acompanhar e instruir as partes interessadas.	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida.

	9. Percentual de ANS adequados aos AOS	10. Taxa de Replanejamento dos Projetos (prioritários)	11. Percentual de Cumprimento de Prazo dos Projetos (prioritários)	12. % de cumprimento de níveis de serviço
a) Utilidade / Finalidade	Apura o índice de adequação dos ANS em relação aos AOS existentes.	Verificar a eficácia do planejamento do projeto.	Verificar a capacidade de realização do projeto no prazo previsto	Apura o índice de adequação dos ANS aos AOS em relação aos ANS existentes.
b) Tipo	Eficácia	Eficiência	Eficácia	Eficácia
c) Fórmula de cálculo	(Quantidade de ANS adequados ao AOS / Quantidade de ANS existentes) * 100.	(Número de replanejamentos realizados nos marcos de controle / número total de marcos de controle) * 100.	Tomando-se a data de início do ciclo como referência, chamamos de REAL o percentual efetivo de conclusão do cronograma e de PLANEJADO o percentual planejado de conclusão do cronograma. Neste caso, o Cumprimento de Prazo é igual à (REAL/PLANEJADO)X100. OBS: A última medição deste indicador acontece no Mês de novembro.	(Quantidade de ANS adequados ao AOS / Quantidade de ANS existentes) * 100.
d) Método de aferição	Coleta automática pelo Sistema de Gestão de Serviços.	Coleta automatizada, feita no Sistema e-CAR.	Coleta automatizada, feita no Sistema e-CAR.	Coleta automática pelo Sistema de Gestão de Serviços.
e) Área responsável pelo cálculo e / ou medição	Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS	Coordenação Estratégica - Escritório de Projetos	Coordenação Estratégica - Escritório de Projetos	Superintendência de Produtos e Serviços - Gerência de Serviços - SUPGS
f) Meta / Resultado do indicador no exercício	80% / 80%. Meta atingida.	30% / Não houve medição no ano.	70% dos projetos prioritários com cumprimento de prazo na faixa "Adequado". Resultado: 50% dos projetos prioritários na faixa "Adequado". O resultado ficou 20% abaixo do resultado esperado.	90% / 97,38%. Meta superada em 7,38%.
g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida	Atrasos no desenvolvimento do sistema e-CAR inviabilizaram a coleta do indicador.	Foram relatadas as principais disfunções ligados aos seguintes projetos: Projeto PAC; Projeto Novo SIAFI; Cadastro Sincronizado CADSINC; Expresso.	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida
h) Principais medidas implementadas	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida	Desenvolvimento do módulo de coleta do indicador no Sistema e-CAR; Retirada do indicador do Painel Estratégico de Indicadores, até que seja viabilizada sua medição.	Para cada projeto prioritário com disfunções que impactaram o resultado, foram descritas as principais medidas implementadas.	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida

	13. Resolução dos acionamentos atendidos pela Central de Serviços dos Serpro - CSS	14. Número de horas de treinamento por empregado
a) Utilidade / Finalidade	Mede a quantidade de resolução de acionamentos no atendimento de 1º Nível da Central de Serviços, que consiste no suporte aos usuários dos serviços produzidos pelo Serpro.	Medir a realização do Plano de desenvolvimento e Educação Continuada 2008 do Serpro.
b) Tipo	Eficiência	Eficiência
c) Fórmula de cálculo	$N.º \text{ de atendimentos resolvidos em } 1º \text{ nível} / n.º \text{ total de acionamentos da CSS} * 100$	Total da carga horária de todos os eventos N.º de horas de treinamento no ano / n.º de empregados do quadro interno * 100.
d) Método de aferição	Coleta automática, a partir do banco de dados do sistema SPEKX.	Coleta direta do Sistema de Treinamento e Educação SISTED da empresa.
e) Área responsável pelo cálculo e / ou medição	Superintendência de Produtos e Serviços Gestão de Serviços - SUPGS.	Universidade Corporativa Serpro - UNISE.
f) Meta / Resultado do indicador no exercício	85% / 86,77%. Meta superada em 1,77 %	Empregado Funcional 53h / 58,67h Empregado Gerencial 72h / 28,23h
g) Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida	O resultado abaixo da meta esperada justifica-se pela (a) baixa participação do corpo gerencial no uso do portal de Desenvolvimento Gerencial que disponibiliza acesso para 332 cursos de gestão empresarial e; (b)reestruturações e rotatividade nas funções gerenciais.
h) Principais medidas implementadas	Não se aplica, pois o Serpro alcançou a meta estabelecida	Foi realizado o relançamento do portal de desenvolvimento gerencial, com novo visual gráfico, adequação dos textos (inglês/português), criação de novas funcionalidades, alteração de gestores regionais e um novo plano de comunicação com os usuários (theaser, etc). Com a ampliação das ofertas de capacitação e desenvolvimento a UNISE deverá adequar os resultados para 2009.

¹ Valores mês a mês, em 2008, do Indicador "Saldo de Caixa" (em milhões de R\$)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Meta	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	300	346
Alcançado	260	155	107	103	68	103	95	360	309	221	308	308

Fonte: Processo de Prestação de Contas Serpro 2008.

Inicialmente, cumpre registrar que todos os campos solicitados na Portaria CGU n.º 2.238, de 19 de Dezembro de 2008, desta SFC, foram observados no Processo de Prestação de Contas da unidade.

No exercício sob exame, conforme já mencionado, foram definidos 14 indicadores, acerca dos quais podemos dizer que são representativos, pois expressam produtos/atividades essenciais da empresa; possuem variáveis homogêneas; são simples, pois são de fácil compreensão e não há dificuldades para seu cálculo; além de serem seletivos, por captarem os aspectos e etapas essenciais dos serviços do Serpro. No entanto, não são estáveis devido ao já mencionado problema da mudança de indicadores em cada exercício.

No tocante ao desempenho e respectivas metas para o ano de 2008, é importante destacar que esses foram estabelecidos apenas em julho/2008, conforme Ata de Reunião de Diretoria n.º 0022, de 01/07/2008. Conforme o Relatório GE-AC/0001/2008 da Auditoria Interna do Serpro (Audig), A CEPLO justificou este atraso relatando que a Diretoria iniciou os trabalhos de planejamento somente em abril, pois os direcionamentos estratégicos provenientes do Governo Federal e do Conselho Diretor estavam em processo de definição, após o que foram necessários três meses para a definição das metas. Nesse contexto, esta equipe ratifica a recomendação da Audig para que "os indicadores e suas respectivas metas sejam definidos com a antecedência necessária, a fim de permitir a adequada execução do planejamento previsto para o ano seguinte".

Na avaliação do cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico, dos 14 indicadores, 6 atingiram a meta estabelecida, 6 não atingiram, 1 atingiu parcialmente e 1 não foi medido. Dessa forma, tem-se um percentual de atingimento de metas de 46,42%, que está abaixo dos 57% obtidos no exercício anterior. Assim, reiteramos a recomendação da Audig no sentido de que "os responsáveis pelas metas, cujos resultados ficaram abaixo do esperado, deverão rever as ações tomadas para o desempenho desses indicadores e, se for o caso, rever, também, os índices de desempenho previstos, de forma a torná-los mais realistas e possíveis de serem alcançados".

Por fim, ressaltamos a qualidade no atendimento da recomendação contida no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2007, n.º 208885, que solicitava que a Auditoria Interna realizasse trabalhos na área de Gestão Empresarial. O resultado desse trabalho permitiu uma análise mais eficiente, por parte desta equipe de auditoria, sobre os indicadores utilizados pela entidade.

Quanto à capacidade de os controles internos administrativos da unidade identificarem, evitarem e corrigirem falhas e irregularidades, bem como minimizarem riscos, nos termos da IN/TCU n.º 57/2008, esta equipe de auditoria não realizou exames adicionais àqueles realizados pela Audig que, conforme o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), referente ao exercício de 2008, chegou à seguinte conclusão sobre o assunto:

"...consideramos que os controles internos do Serpro permitem assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos. As impropriedades e irregularidades verificadas e oportunidades de melhorias apontadas, foram, em sua maioria, tratadas tempestivamente pelos gestores, conforme registradas nos relatórios encaminhados à CGU neste exercício."

2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES

2.1.1 ASSUNTO - AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

2.1.1.1 INFORMAÇÃO:

Conforme consignado em seu Processo de Prestação de Contas, o Serpro recebeu apenas 01 (uma) transferência no exercício de 2008, referente a convênio firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização do Congresso Internacional

Sociedade de Governo Eletrônico (CONSEGI), ocorrido em Brasília-DF entre os dias 27 e 29 de agosto de 2008. Os detalhes do acordo são apresentados na tabela a seguir, extraída do Relatório de Gestão do Serpro.

Transferência recebida pelo Serpro em 2008

Tipo	Convênio
Identificação do Termo	Registro Serpro: RG 42297 Data: 03/09/2008 Assinatura: 25/08/2008 Vigência: 25/08/2008 a 24/01/2009
Objeto da Avença	Cooperação entre o BNDES e o Serpro para a realização do Congresso Internacional Sociedade e Governo Eletrônico - CONSEGI 2008, ocorrido no período de 27 a 29 de agosto na cidade de Brasília/DF.
Data de publicação no DOU	A publicação do extrato de inexibilidade n.º 72/2008 foi realizada em 08/08/2008, pelo BNDES.
Valor total pactuado	R\$ 199.946,80
Valor total recebido/transferido no exercício	R\$ 193.846,80 transferido na data de 30/12/2008. A diferença entre o valor pactuado e o transferido de R\$ 6.100,00 foi em razão da previsão de contratação de assessoria de comunicação ser de R\$ 20.000,00, sendo que a contratação do serviço da empresa Carbono 4 Comunicação LTDA foi de R\$ 13.900,00 - Nota Fiscal 0116.
Contra-partida	Material de divulgação e promocional
Beneficiário: razão social e CNPJ	BNDES - CNPJ: 33.657.248/0001-89
Situação da avença - alcance de objetivos e metas, prestação de contas.	Prestação de Contas e Relatório Técnico aprovado pelo BNDES.
Fonte: Processo de Prestação de Contas do Serpro - 2008	

Em relação à regularidade na aplicação dos recursos repassados e ao cumprimento da legislação pertinente, vale mencionar a opinião da unidade de Auditoria Interna da empresa, a qual, no parecer contido no Processo de Prestação de Contas encaminhado a esta CGU, asseverou ter acompanhado a realização do convênio entre o Serpro e o BNDES, por meio de verificação e análise do processo n.º 19863.000033/2008-93, não identificando qualquer irregularidade.

Diante disso, e visto que a Prestação de Contas e o Relatório Técnico apresentados pelo Serpro foram aprovados pela entidade concedente, esta equipe de auditoria entendeu desnecessária a realização de testes específicos sobre o objeto do convênio em análise.

3 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1 MOVIMENTAÇÃO

3.1.1 ASSUNTO - QUANTITATIVO DE PESSOAL

3.1.1.1 INFORMAÇÃO:

Os Administradores do Serpro informaram em seu Processo de Prestação de Contas que, em 31/12/2008, a empresa possuía em seu quadro próprio 10.492 empregados, acréscimo de 1,87% em relação à força de trabalho existente na mesma data de 2007 (10.299 empregados). Desse

aumento no quadro, verifica-se que ocorreram 474 admissões e 281 desligamentos, resultando no acréscimo líquido de 234 empregados.

Verifica-se que o número total de funcionários próprios no quadro da entidade está adequado ao limite estabelecido pela Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG n.º 1.139, de 30/10/2001, a qual fixou um limite para esse total em 11.000 empregados.

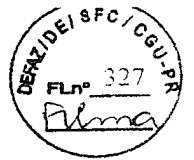
O Serpro conta com a força de trabalho de 4 Diretores, 1 Diretor-Superintendente e 1 Diretor-Presidente, classificados como empregados com mandato e que compõem a Diretoria, conforme regulado no art. 9º do Estatuto Social da empresa, além dos conselheiros que compõem o Conselho Diretor, órgão equivalente ao Conselho de Administração, e o Conselho Fiscal.

A tabela a seguir espelha a situação da entidade, quanto ao seu quadro de recursos humanos, bem como os custos incorridos em 2008:

Quadro de pessoal do Serpro - 2006 a 2008

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados - CLT em exercício na Unidade	9.960	374.683.477,87	10.299	423.918.672,50	10.492	474.772.551,65
Total Pessoal Próprio	9.960	374.683.477,87	10.299	423.918.672,50	10.492	474.772.551,65
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	8	1.287.801,80	10	1.568.130,53	6	1.410.307,90
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Contratações temporárias (Lei 9.745/1993)	-	-	-	-	-	-
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	-	-	-	-	-	-
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo (1)	68	364.789,84	68	633.335,70	113	1.043.862,40
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
Estagiários	265	1.625.707,00	221	1.007.667,00	71	684.460,00
Total Pessoal Terc + Estag	333	1.990.496,84	289	1.641.002,70	184	1.728.322,40
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus para Serpro	2	55.126,80	4	165.802,43	10	610.372,26
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	2	55.126,80	4	165.802,43	10	610.372,26
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qte	Despesa	Qte	Despesa	Qte	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	-	-	-	-	-	-
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus para Serpro (há ressarcimento)	3.231	70.122.461,17	3.134	77.390.835,26	3.336	88.231.007,98
Total Pessoal Cedido pela Unidade	3.231	70.122.461,17	3.134	77.390.835,26	3.336	88.231.007,98

[Handwritten signature]



Descrição:	2008	
	Qte	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	5.600	302.619.093,04
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	1.556	83.922.450,63
Subtotal	7.156	386.541.543,67
PSE	3.336	88.231.007,98
Total Geral	10.492	474.772.551,65

Obs: Qtdde - posição em 31.12; Despesa - total incorrido no exercício

(1) Trata-se do cumprimento do Programa Adolescente Aprendiz, em atendimento aos preceitos da Lei n.º 10.097/2000.

Nota: No item despesa foram computados os dados registrados nas bases de dados financeiros do SRH, refletindo os valores pagos aos empregados.

Após a verificação sobre a atualização do Sistema de Registro e Apreciação dos Atos de Admissão e Concessão (Sisac), pela administração do Serpro, constatamos, com base nos testes de observância e aderência efetuados nos controles existentes na Diretoria de Auditoria de Pessoal (DPPES) desta Secretaria Federal de Controle Interno, que o sistema foi adequadamente atualizado e que os processos de provimento de pessoal da empresa estão aderentes aos dispositivos legais.

No que diz respeito à remuneração dos servidores, verificamos que no exercício de 2008 houve um aumento na quantidade de níveis de funções de confiança da empresa, respaldado por uma resolução aprovada pelo Conselho Diretor. Analisando os atos envolvidos nesse processo, concluímos que o aumento dessas gratificações não seguiu os trâmites previstos nos normativos pertinentes, motivo pelo qual consignamos o fato em constatação de auditoria, conforme item 3.3.1.1 deste anexo.

3.2 SEGURIDADE SOCIAL

3.2.1 ASSUNTO - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

3.2.1.1 INFORMAÇÃO:

O Serpros, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de personalidade jurídica de direito privado, é uma entidade fechada de previdência complementar, criada pelo Serpro, com a finalidade de instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados das patrocinadoras (atualmente o Serpro e o próprio Serpros).

Para avaliar a situação dessa entidade fechada, analisamos a conclusão tanto da Audig como da Auditoria Independente, nesse caso representada pela empresa "PS Contax & Associados".

No primeiro caso, conforme relatório GF-ES/0002/2008, referente à auditoria realizada pela própria Audig no fundo Serpros no período de 06/10/2008 a 05/12/2008, verifica-se a seguinte conclusão dada pela Auditoria Interna:

"Em decorrência dos trabalhos executados, verificamos que, apesar da crise global existente, as perdas foram menores em comparação as demais entidades do segmento. No período a Diretoria Executiva adotou medidas conservadoras e de segurança, necessárias para resguardar o patrimônio, no momento de turbulência, como por exemplo: a aplicação de

maior volume e recursos em títulos públicos e o direcionamento dos investimentos dos bancos de pequeno e médio porte para os grandes bancos, visando minimizar os riscos do investimento.

Além disso, a fim de atender ao disposto na Resolução CGPC/MPS 26/2008 e minimizar o prejuízo do Déficit do PS I, foram adotadas ações efetivas como: o aumento da contribuição dos participantes e da patrocinadora em 35% e a contratação de empresa especializada para apresentar solução definitiva para o problema.

Quanto ao aspecto administrativo e previdencial destacamos elevada melhoria nos controles internos da entidade, bem como rigoroso controle da execução orçamentária e financeira, mantendo a taxa administrativa previdencial inferior ao limite aprovado pelo CDE.

Por fim, concluímos que os atos de gestão praticados pela Diretoria do Fundo estão em consonância com as normas, regulamentos e legislações aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPCs e visam garantir a rentabilidade e segurança dos recursos aplicados."

No caso da Auditoria Independente, empresa "PS Contax & Associados", verifica-se a conclusão de que tanto as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 como aquelas findas em 31 de dezembro de 2007 representam corretamente a posição patrimonial e financeira do Serpro, assim como a apuração do resultado e do fluxo financeiro para as datas citadas, conforme as normas contábeis praticadas no Brasil.

Dessa forma, esta equipe de auditoria julgou desnecessário um maior aprofundamento quanto a esse item.

3.3 CONSOLIDAÇÃO DE TRABALHOS REALIZADOS

3.3.1 ASSUNTO - RESULTADOS DE AUDITORIAS NO SISAC E FOLHA DE PAGAMENTO

3.3.1.1 CONSTATAÇÃO:

Desconformidade entre a prática da entidade para aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração e os dispositivos legais em vigor.

Considerando a folha de pagamento do Serpro, assim como os dispositivos legais concernentes às alterações na remuneração dos servidores, analisamos a Resolução GP-001/2008, de 18 de fevereiro de 2008, aprovada pelo Conselho Diretor, a qual definiu a sistemática de Gratificação de Função de Confiança Gerencial, de Assessoramento Especial e Especial de Supervisão, ampliando a quantidade de níveis e alterando os valores dessas gratificações.

Conforme essa Resolução, o quadro descritivo com as Funções de Confiança, os Grupos e os Níveis de Gratificação de Função de Confiança a serem praticados na empresa, passou a vigorar da seguinte forma:



Quadro Descritivo com as Funções de Confiança, os Grupos e os Níveis de Gratificação de Função de Confiança a serem praticados na Empresa

GRUPOS	FUNÇÕES DE CONFIANÇA	TIPOS	NÍVEIS DE GRAT. DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA
I	DIRETOR		Legislação Específica
	AUDITOR GERAL	GER	
	CONSULTOR JURÍDICO	GER	
	CHEFE DE GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE	GER	
	SUPERINTENDENTE	GER	
II	COORDENADOR DE PROCESSO ESTRATÉGICO	GER	GFC-29 a GFC-50
	COORDENADOR DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA	GER	
	COORDENADOR DO ESCRITÓRIO DE PROJETOS	GER	
	COORDENADOR DE GESTÃO DE CONTRATOS	GER	
	COORDENADOR DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO	GER	
	GERENTE DE PROJETO ESTRATÉGICO	GER	
	ASSESSOR DE DIRETORIA II	ASS	
	GERENTE DE DEPARTAMENTO	GER	
	GERENTE DE PÓLO	GER	
	GERENTE DE PROJETO	GER	
III	GERENTE DE COORDENAÇÃO	GER	GFC-22 a GFC-28
	GERENTE DE DIVISÃO	GER	
	ASSESSOR DE DIRETORIA III	ASS	
	CHEFE DE DIVISÃO	GER	
	CHEFE DE COORDENAÇÃO	GER	
IV	CHEFE DE PÓLO	GER	GFC-15 a GFC-21
	CHEFE DE PROJETO - IV	GER	
	ASSESSOR DE DIRETORIA IV	ASS	
	CHEFE DE SETOR	GER	
V	CHEFE DE PROJETO - V	GER	GFC-08 a GFC-14
	SUPERVISOR	GER	
VI	ENCARREGADO	GER	GFC-01 a GFC-07
	OFICIAL DE GABINETE	ASS	

Fonte: Resolução GP-001/2008

Em relação à situação anteriormente vigente, verifica-se o aumento na quantidade de "Níveis de Gratificações de Função de Confiança" do "Grupo II", do intervalo de "GFC-29 a GFC-35" para "GFC-29 a GFC-50". Com essa alteração, os níveis atuais de "GFC-29 a GFC-35" permaneceram com o mesmo valor, variando de R\$ 4.613,50 (GFC-29) a R\$ 5.427,66 (GFC-35), porém os níveis de "GFC-36 a GFC-50" introduziram ao "Grupo II" a possibilidade de salários variando de R\$ 5.563,35 (GFC-36) a R\$ 7.463,01 (GFC-50).

De acordo com o "Anexo I", art. 6º, inciso IV, alínea "e", do Decreto n.º 6.081, de 12 de abril de 2007, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, antigo Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE, tem a competência de manifestar-se sobre propostas de empresas estatais referentes a tabelas de remuneração de cargos comissionados ou de livre provimento.

Outrossim, o estatuto do Serpro prevê em seu Art. 7º, inciso XIV, alínea "d", que antes da deliberação do Conselho Diretor sobre o plano de cargos e salários, benefícios, vantagens e quaisquer outras parcelas que componham a retribuição dos empregados deve ocorrer o prévio encaminhamento para apreciação pelo Ministro de Estado da Fazenda.

O Regimento de Administração de Recursos Humanos (RARH), 2ª Versão, estabelece em seu Capítulo IV, "Funções Comissionadas e Gratificações Adicionais", Título I, "Disposições Preliminares", item 5, que:

"A criação de gratificações ou a alteração de seus valores somente poderão ser efetivadas após aprovação do Conselho Diretor, do Ministério da Fazenda e do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE."

A fim de apurar se o referido trâmite foi seguido pelo Serpro, foi encaminhada a Solicitação de Auditoria (SA) nº 222250/03, de 03 de abril de 2009, fazendo o seguinte questionamento:

"Tendo em vista a alteração nas despesas com pessoal durante o exercício de 2008, solicitamos o ofício do DEST, assim como a respectiva análise técnica, aprovando os novos níveis de gratificação de função de confiança do Serpro."

Em resposta à SA, a entidade encaminhou o Memorando SUPGP - 009585/2009, de 09 de abril de 2009, informando que o Serpro não submetera a proposta de alteração da mencionada tabela à aprovação do DEST.

Pelo exposto, conclui-se que o Serpro não seguiu o trâmite previsto nos dispositivos retro-mencionados.

Analisando-se o impacto financeiro resultante da resolução, verifica-se que, em 31/12/2008, oito empregados enquadravam-se nos novos níveis de gratificação (GFC-36 a GFC-50), cuja remuneração de gratificação totalizava R\$ 56.718,83 (cinquenta e seis mil e setecentos e dezoito reais e oitenta e três centavos), representando um acréscimo de R\$ 31.615,91 (trinta e um mil e seiscentos e quinze reais e noventa e um centavos) quando comparada com a remuneração de gratificação percebida anteriormente por esses empregados. Apresentamos a seguir quadro contendo o cálculo desse impacto:

Quadro com a variação salarial dos empregados que foram enquadrados nos novos níveis de Gratificação de Função de Confiança

Função	Fev/08		Dez/08		Impacto
	GFC	Valor	GFC	Valor ⁽¹⁾	
Superintendente	30	4.749,20	40	6.106,11	1.356,91
Superintendente	30	4.749,20	38	5.834,72	1.085,52
Assessor de Diretoria II	-		50	7.463,00	7.463,00
Assessor de Diretoria II	-		50	7.463,00	7.463,00
Assessor de Diretoria II	-		50	7.463,00	7.463,00
Coordenador de Processo Estratégico	35	5.427,66	50	7.463,00	2.035,34
Consultor Jurídico	35	5.427,66	50	7.463,00	2.035,34
Auditor Geral	30	4.749,20	50	7.463,00	2.713,80
TOTAL	-	25.102,92	-	56.718,83	31.615,91

(1) Foi calculado o valor da gratificação de Dez/2008 desconsiderando o aumento de 6,54% (referente ao acordo Coletivo de Trabalho assinado em novembro de 2008).

CAUSA:

Aprovação, pelo Conselho-Diretor, da Resolução GP-001/2008, de 18 de fevereiro de 2008, que alterou a sistemática de Gratificação de Função de Confiança Gerencial, sem o devido trâmite legal. Falha essa decorrente do equívoco na interpretação dos normativos que regem a questão do aumento de gratificações no âmbito da empresa, e conseqüente falta de rotina interna que alinhe as práticas da entidade com as disposições legais existentes.

MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA:

Complementando a resposta dada à SA n° 222250/03, anteriormente mencionada, o Serpro encaminhou cópia do Ofício DP - 012811/2009, de 14 de maio de 2009, dirigido ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, sobre sistemáticas de funções comissionadas no Serpro, relatando que:

- Em 27 de setembro de 1989, o Ministro de Estado da Fazenda interino aprovou a implantação do Regimento de Admissão de Recursos Humanos (RARH);
- Em 14 de novembro de 1997, foi implantada uma nova versão do RARH, aprovado por meio do Aviso MF n.º 1.704, tendo sido mantida a sistemática de remuneração gerencial, denominada Gratificação de Função de Confiança e acrescida da Função Comissionada Técnica para empregados ocupantes dos cargos de analista e técnico, instituída na empresa em junho de 1991, por meio da Portaria n.º 342, datada de 09 de maio de 1991, da então Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, cuja aplicação foi estendida, a partir do ano de 2005, ao cargo de auxiliar;
- Desde 1991 até a presente data, as referidas sistemáticas foram sendo adaptadas às necessidades de serviço da Empresa e com base na sua estrutura organizacional, sempre mediante a aprovação exclusiva dos Diretores-Presidentes das respectivas épocas. Assim, as adaptações procedidas nas sistemáticas de funções comissionadas não eram submetidas à aprovação do Ministério da Fazenda em razão de que existia o entendimento, no âmbito da empresa, de que as sistemáticas já integravam o referido regimento, que foi devidamente apreciado pelo órgão de controle das empresas estatais e aprovado pelo ministério supervisor;
- Outrossim, o quantitativo de funções comissionadas gerenciais fixado desde a primeira versão do RARH e o percentual fixado para a prática de funções comissionadas técnicas foram devidamente respeitados pela Empresa, não se fazendo necessária, em razão disso, segundo entendimento vigente, a submissão das alterações a uma nova aprovação;
- Ao final do referido documento, diante do questionamento desta CGU sobre o cumprimento do trâmite previsto nos dispositivos legais, o Diretor-Presidente do Serpro solicitou a convalidação, perante o Ministério da Fazenda e o DEST, de todos os atos que envolvem a questão.

Em aditamento ao referido Ofício, em 04 de junho de 2009, o Diretor-Presidente do SERPRO solicitou, conforme Ofício DP - 015188/2009, ao Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda que fosse:

"... apreciada e convalidada, preliminarmente, a alteração procedida por esta Empresa na tabela de Gratificação de Função de Confiança Gerencial, de Assessoramento Especial e Especial de Supervisão, constante da Resolução GP-006/2007, datada de 31/08/2007, que redundou na inclusão de quinze níveis de gratificação de função, conforme consta da Resolução GP-001/2008."



Em 04 de junho de 2009, esta CGU, por meio do Ofício n° 17359/2009/DEFAZ/DE/SFC/CGU-PR, encaminhou ao SERPRO o Relatório preliminar de Auditoria, que contém os registros decorrentes dos levantamentos realizados pela equipe de auditoria da CGU ao longo dos trabalhos de campo conduzidos junto à referida entidade.

Em 05 de junho de 2009, o Ministério da Fazenda, emitiu a Nota Técnica n° 46/SE, na qual consta análise completa da situação das funções comissionadas dentro do SERPRO, concluindo que:

"... não há óbice ao prosseguimento do trâmite de aprovação da proposta, desde que, para o denominado Grupo II da Sistemática de Funções Comissionadas do SERPRO, sejam obedecidos os limites de 36 funções para as referências de GFC-29 a GFC-35 (75% do Grupo II) e 12 funções para as referências de GFC-36 a GFC-50 (25%)".

Nessa mesma Nota Técnica, a Secretaria Executiva do MF ressalta que as alterações anteriormente procedidas na sistemática da empresa ainda carecem de justificativa, conforme solicitado pelo Ofício n° 285/2009/SE-MF, de 26 de maio de 2009.

Em 10 de junho de 2009, por meio do Ofício n° 326/SE/MF, o Ministério da Fazenda encaminhou ao SERPRO cópia do Ofício n° 444/2009/MP/SE/DEST, de 09 de junho de 2009, o qual informou que aquele departamento *nada tem opor à convalidação dos 15 níveis no Grupo II, na tabela de Gratificação de Confiança.*

ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO:

Em nosso entendimento, os esclarecimentos apresentados pela unidade não trouxeram elementos que justificassem a não submissão prévia, ao DEST, das alterações promovidas na tabela de remuneração das GFCs, tal como previsto no RARH, no Estatuto Social e no Decreto 6.081/2007. Tal submissão prévia deveria ter ocorrido, ainda que os percentuais de funções comissionadas não fossem alterados.

É de se ressaltar que, conforme descrito, o SERPRO já providenciou o encaminhamento do assunto junto ao Ministério da Fazenda, que já o submeteu ao DEST, tendo este se manifestado a favor da convalidação das alterações procedidas pela Resolução GP 001/2008. O Ministério da Fazenda, além de estabelecer um limite de remuneração dentro do Grupo II, aguarda manifestação do SERPRO sobre as alterações procedidas anteriormente.

Quanto ao impacto financeiro dessas alterações, verifica-se que o valor mensal de R\$ 31.615,91 representa aproximadamente 1% da folha de pagamento da Empresa, acréscimo que consideramos de baixa materialidade.

RECOMENDAÇÃO: 001

Que seja implementada uma rotina de aprovação de propostas de alteração na tabela de remuneração que contemple os dispositivos legais envolvidos, garantindo o devido trâmite pelo ministério supervisor e pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento.



RECOMENDAÇÃO: 002

Que o dirigente máximo da entidade acompanhe a proposta de convalidação enviada ao Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, através do Ofício DP - 012811/2009 (complementado pelo Ofício DP - 015188/2009), inclusive quanto às demais alterações procedidas anteriormente, informando esta Controladoria sobre os resultados obtidos.

4 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

4.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

4.1.1 ASSUNTO - FORMALIZAÇÃO LEGAL

4.1.1.1 INFORMAÇÃO:

No item 17 do Relatório de Gestão do Serpro foram informados os valores totais referentes a despesas contratuais executadas pela unidade no exercício de 2008. Os dados foram extraídos de um sistema interno da empresa chamado PLACONT. Para possibilitar a comparação com as informações extraídas do Siafi Gerencial, esta equipe de auditoria adaptou a tabela apresentada pela entidade, realizando os seguintes ajustes: as modalidades "Concessão de Uso", "Confissão de Dívida" e "Termo de Ajuste de Contas" foram desconsideradas, e todas as modalidades referentes a pregão foram consolidadas em apenas uma. A tabela resultante é apresentada a seguir.

Consolidado das despesas contratuais realizadas no exercício de 2008

Modalidade	Despesa Realizada (RS)	% Valor total
Convite	329.559,77	0,1%
Tomada de Preço	3.603.156,49	0,7%
Concorrência	38.000.326,82	7,2%
Dispensa de Licitação	17.359.300,44	3,3%
Inexigibilidade	162.314.562,89	30,5%
Pregão	309.809.875,60	58,3%
Total	531.416.782,01	100,0%

Fonte: Processo de Prestação de Contas (adaptado)

Com vistas a corroborar as informações apresentadas pelo Serpro em seu Processo de Contas, foi realizada consulta no sistema Siafi Gerencial, relativa aos valores totais de empenhos liquidados pela empresa no exercício de 2008, desconsideradas aquelas enquadradas na modalidade "Não se aplica". O resultado da consulta está consignado na tabela a seguir, discriminado por modalidade de licitação.

Valor total dos empenhos liquidados pelo Serpro em 2008

Modalidade	Empenho Liquidado (RS)	% Valor total
Convite	281.439,06	0,1%
Tomada de Preço	3.336.426,93	0,7%
Concorrência	35.795.245,64	7,1%
Dispensa de Licitação	25.851.292,48	5,1%
Inexigibilidade	125.905.328,47	25,0%
Pregão	311.967.763,63	62,0%
Total	503.137.496,21	100,0%

Fonte: Siafi Gerencial 2008 - Base: 03/02/2009.

Podemos observar, cotejando as duas tabelas anteriores, que os valores de despesa realizada apresentados pela entidade são diferentes dos valores registrados no Siafi. Essa inconsistência entre os valores contidos nos sistemas internos do Serpro e os registrados nos sistemas governamentais já foi objeto de constatação no Relatório de Auditoria Anual de Contas n.º 208885, referente ao exercício de 2007.

Para solucionar esses problemas, está sendo implementado um novo sistema de gestão de contratos no Serpro, chamando HISAQ, que fará a integração de diversas etapas da execução das despesas, diminuindo a inserção manual de dados e minimizando a possibilidade de ocorrerem essas inconsistências. O prazo para a implementação do referido sistema é 31/12/2009, motivo pelo qual não teceremos maiores comentários sobre o assunto.

Na avaliação sobre a regularidade dos procedimentos licitatórios, esta equipe de auditoria tomou como base os trabalhos realizados pela Auditoria Interna do Serpro. Conforme consta no RAINTE, a Audig realizou, ao longo do exercício de 2008, 4 auditorias na área de gestão logística da empresa. Em todas elas, foi verificada a regularidade dos procedimentos licitatórios e a execução dos contratos de despesa.

Durante a execução dos referidos trabalhos, foram analisados 332 processos de compras e contratações de bens, obras e serviços, conforme distribuição evidenciada na tabela "Evolução do quantitativo de processos analisados pela Audig", contida no item 5.2.1.1 deste anexo. Dentre os processos analisados, 177 referiam-se a contratos assinados em 2008, dos quais 166 foram considerados regulares e 11 tiveram alguma ocorrência, relacionada, basicamente, a aspectos formais. Especificamente para o assunto "regularidade dos procedimentos licitatórios", foram emitidas apenas 6 ocorrências e nenhuma recomendação. No caso das ocorrências, todas as providências adotadas pelos gestores para sanar as impropriedades foram aceitas pela Audig ou aceitas com restrição, para acompanhamento das medidas implementadas.

No entendimento da Auditoria Interna, a Administração cumpriu os preceitos legais e normativos estabelecidos para consecução dos processos licitatórios, demonstrando adequado dimensionamento dos preços de referência estabelecidos, com fulcro em orçamentos detalhados e pesquisas de preços. Segundo a Audig, a empresa buscou propostas com menor preço referente aos objetos contratados, exigindo dos proponentes qualidade, sem prejuízo à defesa do caráter competitivo dos certames, em observância ao estatuto das licitações e das condições previstas nos editais, sempre assegurados ao interessado o contraditório e a ampla defesa.

Diante do exposto, consideramos que a amostra de processos analisada pela Auditoria Interna foi suficientemente abrangente e representativa para a avaliação da entidade no que diz respeito aos procedimentos licitatórios e contratações, motivo pelo qual entendemos desnecessária a complementação de seus trabalhos.

4.1.2 ASSUNTO - OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

4.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Em atendimento à recomendação do item 3.1.2.1 do Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2007, n.º 208885, desta CGU, foi instituída uma comissão de sindicância, por meio da Decisão de Diretoria DEJ

055/2008, processo n.º 19863.000063/2008-08, para analisar o caso, restando apurado que:

Quanto à regularidade da compra: como tanto a Audig como o TCU não identificaram nenhuma irregularidade, não foi possível concluir que o processo de compra não se deu de forma regular.

Quanto à necessidade da ferramenta adquirida: diante do fato de que desde o ano de 2001 a entidade possuía um projeto de internalização de TI aplicada à integração de soluções, denominado "Arquitetura Serpro de Integração de Soluções - ASIS" e que esse projeto está alinhado com a descrição constante do Projeto Básico de aquisição do software em questão, a comissão entendeu que a necessidade de aquisição está perfeitamente demonstrada.

Quanto à adequação do objeto adquirido, considerando a relação custo/benefício: a comissão também considerou regular, uma vez que, conforme referido no item acima, existiu estudo que balizou e detectou a necessidade de compra da ferramenta, tendo sido definidos, pela área técnica, os requisitos técnicos que deveriam ser indispensáveis na ferramenta a ser adquirida.

Quanto à existência e adequabilidade do plano de aplicação da ferramenta: a comissão concluiu, pelos depoimentos colhidos, que não existia um plano de aplicação para a utilização da ferramenta e concorda com a necessidade de tal plano.

Quanto à possibilidade da não utilização da solução ter ocorrido em função da estratégia da empresa de intensificar a utilização de soluções com software livre: a comissão entendeu que tal fato, de forma isolada, efetivamente não ocorreu. Concluiu que o ocorrido foi a alteração de prioridades tanto em nível de governo federal quanto de Serpro, sem que, primeiramente, a área que demanda a necessidade de aquisições (área de negócios) informasse às áreas que providenciam a compra das ferramentas solicitadas que as prioridades haviam sido alteradas e que a necessidade de aquisição já não era mais premente.

Diante da análise realizada, esta equipe de auditoria ratifica as seguintes recomendações da comissão:

- "A empresa elabore novo desenho de acompanhamento de processos de aquisição, onde a área de negócios, que é quem demanda as tecnologias para bem atender aos clientes (internos e externos), acompanhe o andamento dos processos que visam adquirir tecnologias para o Serpro, do início ao fim, comunicando às áreas responsáveis pelas compras sempre que houver alguma alteração no cenário que demandou a compra, inclusive para desistir da aquisição quando está já não se fizer mais importante ou necessária à empresa, a fim de evitar que tecnologias caras sejam adquiridas e futuramente sejam subaproveitadas;"
- "Seja elaborado, com a maior brevidade possível, pela CETEC, plano de aplicação da ferramenta TIBCO, para que a mesma, que já se encontra instalada desde julho de 2007, comece a ser utilizada;"

Tendo em vista as recomendações da comissão e o acatamento destas, na íntegra, por parte da empresa, esta equipe de auditoria considerou

satisfatórias as medidas tomadas e orienta que sejam estipulados prazos para a implementação das mesmas, garantindo a celeridade do processo.

Demonstrando as iniciativas da entidade para a utilização do software em pauta, o Ofício DP-013046/2009, de 15 de maio de 2009, afirma que o mesmo será aplicado na construção da solução intermediária do novo Siafi, até a sua conclusão, com prazo previsto para cinco anos.

Uma vez que a comissão de sindicância já se manifestou e propôs recomendações a serem implementadas, encaminhamos o resultado do processo de sindicância à Corregedoria desta CGU, órgão responsável por avaliar a condução desse tipo de processo quanto às formalidades exigidas pela legislação.

5 CONTROLES DA GESTÃO

5.1 CONTROLES EXTERNOS

5.1.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DO TCU/SECEX NO EXERCÍCIO

5.1.1.1 INFORMAÇÃO:

Quadro de atendimento dos Acórdãos do TCU:

Acórdãos do TCU

ACÓRDÃO n.º 46/2008 PLENÁRIO		
Item	Atendimento	Item Anexo I
9.2	Sim	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 221/2008 PLENÁRIO		
Item	Atendimento	Item Anexo I
9.1	Sim	Não se aplica
9.2	Sim	Não se aplica
9.3	Sim	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 450/2008 PLENÁRIO		
Item	Atendimento	Item Anexo I
9.2	Sim	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 503/2008 - 1ª CÂMARA		
Item	Atendimento	Item Anexo I
1	Sim (1)	Não se aplica
2	Sim (1)	Não se aplica
3	Sim (1)	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 2667/2008 - PLENÁRIO		
Item	Atendimento	Item Anexo I
1.8	Sim	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 2815/2008 - 2ª CÂMARA		
Item	Atendimento	Item Anexo I
8.1	Sim	Não se aplica
8.2	Sim	Não se aplica
ACÓRDÃO n.º 5633/2008 - 2ª CÂMARA		
Item	Atendimento	Item Anexo I
Não houve determinação para o Serpro	Sim	Não se aplica

Obs.:

(1) Conforme Portaria n.º 1.165, de 30/05/2008, publicada no D.O.U de 02/06/2008, foi constituído Grupo de Trabalho Especial destinado a elaborar o plano de execução de medidas, conforme determinação do item 1



do Acórdão 503/2008. Mediante Portaria n.º 1.786 de 21/07/2008, publicada no D.O.U de 22/07/2008, o Secretário de Recursos Humanos do Ministério de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão prorrogou por mais quarenta e cinco dias o prazo previsto no art.4º da Portaria SRH/MP n.º 1.165, de 30 de maio de 2008, que constituiu o Grupo de Trabalho Especial. Por meio do Ofício Interministerial n.º 20/SE/MF/MP, de 22 de janeiro de 2009, demonstra-se que o mencionado Grupo de Trabalho com as ações já realizadas e demais em desenvolvimento, cumpriu integralmente os termos do Acórdão 503/2008.

Diante do exposto, entendemos que o Serpro adotou as medidas que estavam ao seu alcance.

5.1.2 ASSUNTO - ATUAÇÃO DAS UNIDADES DA CGU - NO EXERCÍCIO

5.1.2.1 INFORMAÇÃO:

Foram formuladas por esta CGU recomendações à administração da empresa por ocasião dos trabalhos de auditoria relativos à avaliação da gestão do Serpro referente ao exercício de 2007, bem como em notas de auditoria, relacionadas a seguir, com os respectivos graus de atendimento pelas áreas gestoras responsáveis.

Recomendações da CGU

Documento	Item da Recomendação	Assunto	Atendimento	Item do Anexo I do Relatório
Relatório de Avaliação de Gestão n.º 208885	3.1.2.1	Software de integração, no valor total de R\$ 11.600.000,00 (incluindo manutenção e suporte) foi adquirido e não está sendo utilizado.	Parcial	4.1.2.1
Relatório de Avaliação de Gestão n.º 208885	4.2.2.2	Verificação de inconsistências nos dados armazenados nos diversos sistemas internos do Serpro, utilizados para controlar as diferentes fases dos processos de contratação e licitação.	Parcial	4.1.1.1
Relatório de Avaliação de Gestão n.º 208885	4.2.2.3	Existência de inconsistências nas informações inseridas pelo Serpro nos sistemas Siafi e Siasg, no que diz respeito aos processos de contratação e licitação.	Parcial	4.1.1.1
Nota de Auditoria n.º 208885/01	a, b	Falhas no acompanhamento de ocorrências e recomendações	Sim	Não se aplica
Nota de Auditoria n.º 208885/02	a, b, c, d	Análise de Processos de contratação de bens, obras e serviços no sistema SISAUD.	Sim	Não se aplica
Nota de Auditoria n.º 208885/03	a, b	Recomendação referente à contratação de licenças e manutenção em solução de TI	Parcial	Não se aplica (1)

Obs.:

(1) Este ponto não foi consignado em constatação porque verificou-se que a entidade já está em processo de negociação com a empresa e está apenas pendente de uma decisão estratégica em relação à nova proposta apresentada.

5.2 CONTROLES INTERNOS

5.2.1 ASSUNTO - ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

5.2.1.1 INFORMAÇÃO:

No que concerne à atuação da Auditoria Interna do Serpro no exercício de 2008, ressaltamos que a avaliação feita por esta equipe de

[Assinatura]

auditoria baseou-se nas informações contidas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna.

Foram realizadas análises sob três perspectivas: quanto aos aspectos formais do PAINT e RAINI; quanto ao acompanhamento das recomendações e determinações exaradas pela própria Audig e por órgãos de controle, e, por fim, quanto à execução dos trabalhos. Os resultados são apresentados a seguir.

ANÁLISE QUANTO AOS ASPECTOS FORMAIS DO PAINT E RAINI

Em relação à data limite para envio do PAINT e RAINI, observamos que o Serpro cumpriu o prazo estabelecido no art. 7º da IN CGU n.º 07/2006. O PAINT/2008 foi enviado em 26/12/2007, por meio do Ofício AUDIG/CD - 036911/2007, enquanto o RAINI/2008 foi enviado em 30/01/2009, através do Ofício AUDIG/CD - 002365/2009.

Outrossim, no que diz respeito ao conteúdo de ambos os documentos, a entidade atendeu às exigências contidas nos artigos 2º e 4º da IN SFC n.º 01/2007, os quais estabelecem a estrutura a ser observada na apresentação das informações do PAINT e RAINI, respectivamente.

ANÁLISE DO ACOMPANHAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES EXARADAS PELA PRÓPRIA AUDITORIA INTERNA E PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

No item II do RAINI 2008, estão consignadas as determinações e recomendações oriundas da SFC/CGU, do TCU, e da própria Auditoria Interna. As informações apresentadas foram extraídas do Sistema Integrado Serpro de Auditoria (SISAUD), o qual é utilizado pela Auditoria Interna para acompanhar as medidas implementadas a partir das recomendações e determinações. Analisando este item do RAINI, podemos concluir que a Audig vem acompanhando de maneira adequada as determinações/recomendações das unidades de controle interno e externo, assim como as suas próprias recomendações.

Em relação às recomendações dirigidas à própria Auditoria Interna, cabe destacar que, em atendimento à recomendação da SFC/CGU constante do item 1.2.1.1 do Anexo I ao Relatório n.º 208885, a Audig realizou em 2008 trabalho de auditoria sobre a Gestão Empresarial do Serpro, avaliando o cumprimento das metas previstas, os indicadores de desempenho utilizados pela entidade, os controles internos administrativos e a regularidade dos procedimentos licitatórios. Os resultados desse trabalho estão consignados no Relatório GE-AC-0001-2008, enviado a esta CGU juntamente com os relatórios de auditoria referentes ao último trimestre de 2008.

ANÁLISE QUANTO À EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

No que diz respeito à execução dos trabalhos da Auditoria Interna em 2008, conforme consta no item 6.2.3 do PAINT, foi prevista a realização de 28 designações de auditoria, distribuídas nas seguintes formas: 10 auditorias de acompanhamento; 17 auditorias especiais, e 01 auditoria de contas gerais. Analisando o RAINI, podemos observar que foram efetivamente realizados 27 trabalhos de auditoria, discriminados por forma de auditoria na tabela a seguir.



Percentual de realização das auditorias, discriminado por formas de auditoria

Formas de Auditoria	Planejadas	Executadas	% de Realização
Acompanhamento	10	11	110%
Especiais	17	15	88%
Contas Gerais	01	01	100%
Total	28	27	96%

Fonte: RAINT 2008

Uma outra maneira de evidenciar o percentual de realização dos trabalhos de auditoria em relação ao planejado é discriminando-os por área auditável e utilizando a unidade de medida homens/hora, conforme mostrado na tabela que segue.

Percentual de realização das auditorias, discriminado por áreas auditáveis

Área Auditável	Previsto (H/H)	Realizado (H/H)	% de Realização
Gestão de Pessoas	10.304	10.560	102%
Gestão Orçamentária e Financeira	8.800	8.240	94%
Gestão Logística	8.480	9.120	108%
Gestão Empresarial	672	672	100%
Tecnologia da Informação	6.496	5.568	86%
Total	34.752	34.160	98%

Fonte: RAINT 2008

Quanto aos trabalhos previstos e não realizados, bem como aos realizados que não estavam previstos no PAINT, as justificativas apresentadas foram as seguintes:

- Auditorias de Acompanhamento: foi realizada uma auditoria de acompanhamento além do previsto na área de Gestão Orçamentária e Financeira, devido à necessidade de antecipação da análise de determinados itens. Desta forma, a designação prevista para realizar-se somente no 3º trimestre foi desdobrada em duas, uma realizada no 2º trimestre e a outra no semestre subsequente.
- Auditorias Especiais: o déficit de duas ações de auditorias especiais refere-se à não realização de dois trabalhos previstos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, os quais não foram realizados em virtude de afastamento de uma auditora da área por motivo de licença maternidade.

Cabe destacar que a diminuição significativa no número de auditorias previstas para 2008 (28 designações) em comparação com 2007 (52 designações) deve-se à mudança na forma de atuação da Audig, cujas atividades antes realizadas nas auditorias ordinárias foram absorvidas pelos trabalhos de auditoria de acompanhamento.

Em relação às constatações feitas pela Auditoria Interna durante os trabalhos, apresentamos a seguir tabela contendo todas as ocorrências e recomendações expedidas no exercício sob análise, discriminadas por área auditável, juntamente com a opinião da Audig sobre as justificativas apresentadas pelos gestores.

Ocorrências/Recomendações emitidas pela Auditoria Interna em 2008

Área	Ocorrências/ Recomendações	Aceitas ¹	Aceitas c/ restrição ²	Não Aceitas ³
Gestão de Pessoas	116	82	33	1
Gestão Orçamentária e Financeira	77	54	22	1
Gestão Logística	63	49	12	2
Gestão Empresarial	3	3	0	0
Tecnologia da Informação e Comunicação	95	54	25	16
Total	354	242	92	20

Fonte: RAIN T 2008

Legenda:

¹Aceitas: quando a justificativa apresentada pelo gestor atende plenamente a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, não restando nenhuma dúvida quanto às medidas tomadas para a regularização.

²Aceitas com restrição: quando a justificativa apresentada pelo gestor atende, em parte, a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, ou quando a justificativa apresenta prazos para a regularização.

³Não aceitas: quando a justificativa da ocorrência não atende de forma alguma a correção, revisão, ajuste ou acerto dos fatos apontados, as quais geraram recomendações direcionadas ao órgão imediatamente superior àquele ao qual a ocorrência foi inicialmente dirigida.

Analisando a tabela, podemos destacar que o percentual de justificativas aceitas foi de 68%. Somando-se a esse valor aquelas que foram aceitas com restrição, tendo em vista que grande parte das restrições foi apenas para acompanhamento e apresentação de documentação e dados solicitados, obtém-se um percentual de aceitação de 94%, o que demonstra um alto grau de efetividade dos trabalhos.

Vale ressaltar que a atuação da Auditoria Interna do Serpro não se restringe a uma abordagem repressiva, ou seja, a *posteriori*. Nesse sentido, a Audig também atua preventivamente, na análise de processos licitatórios para aquisição de bens, obras e serviços com valores acima de R\$ 80.000,00, antes da assinatura do contrato, em cumprimento à Decisão Setorial AUDIG/GL - 005/2001.

Somando-se essas análises preventivas àquelas feitas em processos selecionados por amostragem nos sistemas internos da empresa, a Auditoria Interna analisou um total de 332 processos no exercício de 2008. O quadro a seguir apresenta a evolução do quantitativo de processos analisados pela Audig nos últimos três exercícios.

Evolução do quantitativo de processos analisados pela Audig

Modalidade	2006	2007	2008
Concorrência	12	8	3
Convite	6	0	1
Dispensa de Licitação	14	9	79
Inexigibilidade	244	122	25
Leilão	52	23	0
Pregão	278	205	217
Tomada de Preços	2	0	7
Total	608	367	332

Fonte: RAIN T 2008

Podemos depreender, observando o quadro, que a Audig concentrou suas análises na modalidade pregão, visto que foi a modalidade de licitação mais utilizada pelo Serpro em suas aquisições. Conforme informado pela entidade, em 2008 o pregão eletrônico passou a ser a principal ferramenta de contratação de serviços, compras de equipamentos e material de consumo.

Por fim, cumpre registrar que, além dos trabalhos de auditoria propriamente ditos, a Auditoria Interna do Serpro realiza um

acompanhamento sistemático no andamento/resultados dos relatórios conclusivos/julgados de todos os processos de sindicância e administrativo-disciplinares instaurados na entidade, bem como dos processos de tomada de contas especial, cujas informações são enviadas mensalmente para os Conselhos Diretor e Fiscal e para esta CGU, quando solicitadas.

Ante todo o exposto, concluímos que a Auditoria Interna do Serpro vem desempenhando de maneira efetiva seu papel, cumprindo a missão de assessorar a alta administração no desempenho de suas funções e zelar pelo desempenho empresarial.

5.2.2 ASSUNTO - AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS

5.2.2.1 INFORMAÇÃO:

O Processo de Prestação de Contas n.º 19863.000051/2009-56, elaborado pela Administração do Serpro, relativo ao exercício de 2008, está constituído das peças básicas a que se referem as Decisões Normativas TCU n.º 93 e n.º 94, de 03/12/2008, e a Portaria/CGU n.º 2.238, de 19/12/2008.

